

Entre o pasmo e a poeira: o arquivo na pesquisa educacional¹

Kelly Sabino²

Orcid: 0000-0002-7830-9724

Resumo

Propõe-se, neste artigo, elaborar uma reflexão sobre a noção de arquivo na obra de Michel Foucault, destacando dois movimentos complementares em sua formulação conceitual. De um lado, o arquivo aparece como monumento, fruto de um gesto arqueológico que desestabiliza a linearidade da história e interroga os regimes de saber a partir das condições de emergência dos discursos. Nesse sentido, privilegiam-se a descontinuidade, a raridade e a materialidade do dito, elementos que desafiam narrativas totalizantes e promovem uma escuta sensível às forças que atravessam e sustentam os saberes. De outro lado, enfatiza-se a dimensão poética do arquivo, compreendida como uma operação investigativa movida pelo pasmo, pela curiosidade e pela abertura ao acaso, efeito da poeira do tempo e daquilo que se encontra nas frestas dos documentos. Essa perspectiva sugere uma atitude de escuta atenta aos desvios, aos vestígios, ao que escapa, resiste e insiste em permanecer. Por fim, esboça-se a ideia de “bisbilhotagem”, conforme evocada por Foucault, como um possível gesto metodológico para a pesquisa em educação, especialmente diante da recorrência de perguntas e respostas prontas e da urgência em interrogar os modos pelos quais se produzem, legitimam e fazem circular os conhecimentos. Trata-se, talvez, menos de uma conclusão do que de uma aposta ainda em elaboração: deixar-se pasmar pela poeira dos arquivos e por seus vestígios de vidas, traços do tempo e espaços de suspensão, como uma maneira de criar brechas na lógica apressada do presente.

Palavras-chave

Arquivo – Michel Foucault – Pesquisa educacional – Poética.

1- Disponibilidade de dados: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

2- Kelly Sabino, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. Contato: ksabino@unicamp.br



<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202652297711por>
This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY 4.0.

*Between astonishment and dust: archives in educational research**

Abstract

This article proposes a reflection on the notion of archives in the work of Michel Foucault, highlighting two complementary movements in its conceptual formulation. On the one hand, archives appear as a monument, the result of an archaeological gesture that destabilizes the linearity of history and interrogates regimes of knowledge through the conditions of emergence of discourse. In this sense, discontinuity, rarity, and the materiality of what is said are foregrounded as elements that challenge totalizing narratives and promote attentive listening to the forces that traverse and sustain knowledge. On the other hand, the poetic dimension of archives is emphasized, understood as an investigative operation driven by astonishment, curiosity, and openness to chance, an effect of the dust of time and of what is found in the interstices of documents. This perspective suggests attentive listening to deviations, traces, and to what escapes, resists, and insists on remaining. Finally, the idea of “prying,” as evoked by Foucault, is outlined as a possible methodological gesture for research in education, especially in the face of the recurrence of ready-made questions and answers and the urgency of interrogating the ways in which knowledge is produced, legitimized, and circulated. This is perhaps less a conclusion than a wager still in the making: to be struck by the dust of archives and their traces of lives, marks of time, and spaces of suspension, as a way of opening breaches in the hurried logic of the present.

Keywords

Archive—Michel Foucault—Educational research—Poetics.

Introdução

No presente artigo, busca-se refletir sobre a pesquisa educacional a partir da noção de arquivo que atravessa a obra de Michel Foucault, tomando esse operador como eixo analítico. Trata-se de uma tentativa de maquinar, com o arquivo, uma escrita em pesquisa educacional que se desloque das certezas de véspera, operando, outrossim, com uma espécie de “um passo para trás” (Aquino, 2021, p. 10).

É certo que o campo educacional tem sido amplamente atravessado pelos escritos foucaultianos desde sua introdução, a partir da década de 1990, realizada por Alfredo Veiga-Neto e Tomaz Tadeu da Silva. O livro organizado pelo primeiro, intitulado *Crítica pós-estruturalista e educação* (Veiga-Neto, 1995), assim como *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*, sob organização do segundo, constituem marcos fundamentais para a difusão do pensamento foucaultiano no campo educacional e inauguram aquilo que se convencionou denominar pesquisas pós-críticas nesse campo.

Em diferentes estudos de revisão bibliográfica (Aquino, 2013, 2018; Gallo, 2025), é possível localizar como se deu a circulação do pensamento de Foucault na educação brasileira. Para Gallo (2025), seria possível distinguir três fases na apropriação foucaultiana nesse campo: a primeira centrada no poder disciplinar, seguida pela noção de governamentalidade e, mais recentemente, pelo cuidado de si e pela paresia, conceitos presentes nos últimos cursos de Foucault que têm aparecido com maior vigor nas pesquisas educacionais hodiernas. Para Aquino, é possível identificar, em circulação, três tipos de apropriação do pensamento do filósofo francês – iniciativas de caráter instrumental e apologético; outras que o tomam como salvo-conduto para uma espécie de leitura crítica da educação, reforçando a função autor, tão rechaçada pelo próprio Foucault em vida; e, por fim, aquelas em que se vislumbra, ainda que de modo esparso, um Foucault “recalcitrante, intempestivo, para sempre movente” (Aquino, 2013, p. 318). Gallo (2025), por sua vez, destaca duas utilizações de Foucault na pesquisa educacional: a metodológica e a conceitual, a primeira seria o que o comentador define como fruto de um pensamento transversal preocupado em dar a ver sua forma de trabalhar e seus procedimentos metodológicos (aqui se encontrariam arqueologia, a genealogia etc.), já o segundo uso, conceitual, teria como operadores conceitos que poderiam ser deslocados para as questões educativas.

Não nos interessa enveredar por essas ou outras categorias, mas, antes, chamar atenção para o que Fischer propõe em relação ao nosso encontro com um pensamento capaz de nos fazer “vasculhar em suas formulações teóricas um ponto de encontro com nós mesmos, com aquilo que escolhemos como objeto” (Fischer, 2005, p. 120). Em outras palavras, trata-se de perguntar o que, de Foucault, potencializa a pesquisa educacional. Ao recusar uma espécie de *Foucault mania*, os modismos de carteirinha ou ainda a transposição conceitual de problemáticas que não miravam o campo educacional na obra foucaultiana, interessa-nos, com este artigo, buscar compreender o arquivo como um operador que é, ao mesmo tempo, conceitual e metodológico e que nos leva ao encontro com “aquilo em que nós investimos nossa vida, nosso trabalho, nosso pensamento” (Fischer, 2005, p. 120). É a partir do arquivo, de sua poética e de uma metodologia da bisbilhotagem que estas linhas se tecem em busca de um Foucault que ainda se movimenta, intempestivo, em forma de gesto.

Nesse sentido, a noção de arquivo que atravessa a obra de Michel Foucault tem sido ainda pouco explorada no campo educacional, contando com artigos esparsos (Aquino; Val, 2018; Aquino, 2023; Aquino *et al.*, 2023; Borges; Neira, 2020; Munhoz; Ribeiro, 2023) que buscam operar a partir do arquivo a fim de dar a ver aquilo que nos compõe, em vez de buscar respostas no calor do próprio tempo. O gesto arquivístico aparece, assim, como uma aposta na decantação do tempo investigativo. Por meio de um apurado trabalho de edição e curadoria (Aquino, 2023), o gesto investigativo-problematizador apresenta-se como “uma maneira de investigar em que a forma do problema se coloca em jogo ao longo de todo o processo de pensamento” (Munhoz; Ribeiro, 2023, p. 3).

Foucault e o arquivo

O modo de operar com o arquivo encontra uma de suas formulações mais decisivas na obra de Michel Foucault, particularmente em *A arqueologia do saber*, de 1969, na qual

é definido como “a lei do que pode ser dito” (Foucault, 2008, p. 148). Nessa obra, Foucault explicita que o termo não se refere ao testemunho ou à preservação do passado por uma dada cultura, tampouco aos mecanismos criados para esse fim:

[...] trata-se, antes – e ao contrário –, daquilo que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, ao longo de milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento ou das circunstâncias, nem sejam simples sinalizações, no plano das performances verbais, do que se desenrolou na ordem do espírito ou das coisas. Essas coisas ditas aparecem, sim, graças a todo um jogo de relações que caracteriza especificamente o nível discursivo; em vez de serem figuras adventícias, inseridas ao acaso em processos mudos, nascem segundo regularidades próprias (Foucault, 2008, p. 146).

Não obstante, o procedimento arquivístico na obra foucaultiana – ainda que não nomeado explicitamente como tal – já se delineava desde suas primeiras investigações. Em julho de 1957, Foucault realizou pesquisas nos Arquivos Nacionais e na Biblioteca do Arsenal, instituições que forneceram a base documental fundamental para a elaboração de sua primeira grande obra, *História da loucura na Idade Clássica*, publicada em 1961. É apenas na edição original francesa que se encontra o prefácio integral, no qual o filósofo descreve seu método de trabalho e menciona, pela primeira vez em sua obra (até onde foi possível localizar), a noção de arquivo.

Nesse prefácio, Foucault enfatiza seu esforço em evitar recorrer a materiais já sistematizados por outros autores, optando por utilizá-los somente quando o acesso às fontes primárias lhe era impossibilitado. Tal escolha revela, já naquele momento, sua preocupação em “deixar falar, por eles próprios, essas palavras, esses textos que vêm de um debaixo da linguagem e que não eram feitos para dar acesso até a palavra” (Foucault, 2014a, p. 160). A esse respeito, o autor afirma que o elemento mais significativo de sua obra reside, precisamente, no espaço concedido aos próprios textos de arquivo – revelando, assim, uma postura metodológica que privilegia o contato direto com os discursos registrados e suas condições de emergência.

Tal prefácio, a partir de 1972, foi suprimido das três reedições de *História da loucura*, cedendo lugar a um questionamento recorrente na obra foucaultiana: a problematização da função-autor. Nessa direção, Foucault reiterava o desejo de que seu livro não fosse entendido como portador de uma verdade ou de uma autoridade pessoalizada, mas apenas como um conjunto de enunciados. Recusando “a monarquia do escritor que pretende oferecer sua lei a todos que, no futuro, venham a formar-se a partir dele”, o filósofo afirmava: “Gostaria que esse objeto-evento, quase imperceptível entre tantos outros, se recopiasse, se fragmentasse, se repetisse, se simulasse, se desdobrasse, desaparecesse” (Foucault, 1978a, p. 6). Essas formulações articulam-se diretamente com o procedimento descrito no prefácio original, pois revelam que o interesse foucaultiano pelo arquivo ultrapassa a pretensão de conferir a um livro o estatuto de enunciado verdadeiro. Ao contrário, sua abordagem arquivística recusa a centralidade do autor e desloca o foco para

os modos de emergência dos discursos, suas condições de possibilidade e seus efeitos de poder e saber. Tal perspectiva será retomada e aprofundada nas obras posteriores, como veremos adiante, compondo uma visão de arquivo que escapa à fixação identitária e epistemológica, abrindo-se como campo de problematização histórica.

Ainda que, em *A arqueologia do saber*, Michel Foucault tenha formulado o conceito de arquivo como o conjunto das regras que definem, em um dado momento histórico, as condições de possibilidade do que pode ser dito, pensado e constituído como saber, é possível localizar, em textos esparsos e entrevistas reunidos na coleção *Ditos e escritos*, diversas passagens em que o filósofo retoma, com maior detalhamento, a importância do arquivo em sua prática investigativa. No entanto, não há, entre os textos ali compilados, nenhum cuja temática seja explicitamente dedicada à noção de arquivo – ao menos não em seus títulos.

Apesar disso, o arquivo se configura como um conceito operatório para Foucault desde a década de 1960, atravessando não apenas os *Ditos e escritos*, mas também sua própria forma de pesquisar e escrever. Isso se evidencia especialmente nos cursos ministrados entre 1970 e 1984 no *Collège de France*, nos quais o autor frequentemente inicia suas aulas com explicações sobre os procedimentos metodológicos que orientam suas investigações. Essa espécie de “prestação de contas” revela uma postura de rigor intelectual e um compromisso com a inteligibilidade do próprio método. Em uma de suas entrevistas, por exemplo, Foucault afirma que seu desejo seria escrever livros “bastante claros sobre sua própria maneira de fazer” (Foucault, 2010, p. 367).

Essa atenção ao método e ao estatuto dos discursos trabalhados faz com que a noção de arquivo extrapole a mera função documental, operando como matriz analítica central na constituição de seus objetos de pesquisa. Para Gilles Deleuze (2005), Foucault traça um percurso arquivístico preciso: parte do surgimento dos hospitais no século XVII, passa pela clínica no século XVIII e pela prisão no século XIX, até alcançar a constituição da subjetividade na Grécia antiga e no cristianismo primitivo. Ainda segundo Deleuze, essa seria apenas uma das dimensões de sua obra. As entrevistas concedidas ao longo dos anos – sempre em diálogo com seus livros – funcionariam como diagnósticos do presente, compondo, com os textos maiores, uma espécie de duplo movimento entre arquivo e presente. Vale destacar, desde o início, que Foucault não foi um pensador preocupado em construir um sistema filosófico definitivo. Ao contrário, frequentemente reiterava seu desejo de que seus livros se assemelhassem mais a fogos de artifício do que a monumentos teóricos (Foucault, 2003a, p. 266). Em diversas ocasiões, também se referiu à sua obra como uma “caixa de ferramentas”, sugerindo que seus escritos deveriam ser apropriados, deslocados e reutilizados de acordo com os problemas e contextos de quem os lê.

Nesse sentido, a própria noção de arquivo, tal como mobilizada por Foucault, não pode ser compreendida como um conceito fixo, tampouco se apresenta como um princípio unificador, estrutural ou universal, mas sim como um operador teórico em constante deslocamento. Aqui, é mobilizada também como um procedimento ou, se quisermos, como uma metodologia de trabalho na pesquisa educacional. Mais do que propor uma definição estável ou unívoca, interessa-nos aqui seguir o movimento do próprio pensamento foucaultiano: compreender o que o arquivo produz, quais efeitos ele desencadeia sobre

o que se sabe e, sobretudo, de que maneira sua lógica de funcionamento é capaz de desestabilizar aquilo que foi naturalizado como verdade ou conhecimento estabelecido.

O arquivo, para Foucault, não corresponde à totalidade da massa discursiva nem ao mero testemunho dos discursos, muito menos às instituições encarregadas de registrá-los e conservá-los. Engana-se quem compreende o arquivo como uma instância normativa ou como a “lei do que pode ser dito” em sentido estruturalista. Ao contrário, o arquivo muda conforme as condições históricas e corresponde, antes, ao “sistema de seu funcionamento”. Como afirma o próprio autor: “Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de um discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio do discurso mantido, é o que diferencia os discursos” (Foucault, 2008, p. 147).

É a partir desse entendimento que selecionamos, neste artigo, algumas passagens da obra de Foucault – bem como interpretações de seus comentadores – nas quais a noção de arquivo é mobilizada de maneira mais explícita ou sugerida em termos procedimentais. Organizamos tais leituras em dois eixos: o primeiro, voltado à dimensão do arquivo como monumento, associado àquilo que os comentadores costumam identificar como fase arqueológica do pensamento de Foucault; o segundo, mais livre e menos esquemático, diz respeito ao que chamamos de uma poética do arquivo, presente sobretudo nos textos e cursos produzidos entre as décadas de 1970 e 1980. Ainda que não excludentes, essas duas abordagens permitem observar os deslocamentos conceituais operados por Foucault ao longo de sua trajetória e refletir sobre a fecundidade da noção de arquivo para o campo da pesquisa educacional.

Em qualquer uma de suas vertentes, nos interessa aqui dar a ver o trato com o arquivo como uma espécie de “balanço desmistificador” na pesquisa educacional. Seus efeitos, se tomados como formas de questionamentos endereçadas ao presente, poderiam nos apoiar a pensar problematizações de pesquisa cujas respostas não estivessem estabelecidas de antemão e que, em vez de verificar o já sabido, pudessem se deixar surpreender pelo já dito.

O arquivo como monumento

Na década de 1960, o conceito de arqueologia ganha destaque na obra foucaultiana, configurando-se como uma contraposição à arquivologia. Enquanto esta se dedica ao exame dos documentos por meio de seu agrupamento – sejam eles pessoais ou institucionais – e de sua interpretação sociológica, histórica ou psicológica, como observa Castro (2009), a arqueologia foucaultiana propõe um deslocamento. Em vez de atribuir aos documentos uma legitimidade histórica intrínseca, passa-se a compreender o próprio arquivo como um gesto de construção histórica. É a partir do arquivo que o passado é recomposto e, por meio de suas lentes, que o presente é inventado.

Para Foucault, o arquivo, distante de sua sacralização, é [...] o conjunto de discursos efetivamente pronunciados: e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar (Foucault, 2008, p. 145). Assim, o arquivo seria o sistema que dispõe, em cada época e para determinada sociedade, aquilo que pôde ser dito, pensado e guardado. Segundo a comentadora da obra foucaultiana Judith Revel, a partir do arquivo

seria possível reconstituir “o conjunto das regras que, num dado momento, definem ao mesmo tempo os limites e as formas da dizibilidade, da conversação, da memória, da reativação e da apropriação” (Revel, 2005, p. 18-19).

Seriam tais princípios elencados por Revel que regeriam o trabalho com o arquivo como um monumento “[...] a massa das coisas ditas em uma cultura, conservadas, valorizadas, reutilizadas, repetidas e transformadas, [...] sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo [...]. (Foucault, 2008, p. 7-8). Reside aí a importância da arqueologia para Foucault, especialmente em seu caráter investigativo das condições que tornam um saber necessário, afastando-se, portanto, de uma análise puramente linguística. Segundo Veyne, trata-se de uma espécie de balanço desmistificador, justamente por adotar um procedimento essencialmente descritivo e não interpretativo (Dreyfus; Rabinow, 1995).

A fase arqueológica foucaultiana é reconhecida pela sua empreitada em forjar uma analítica do discurso que escapasse das leituras formalistas, centradas no significado, interpretativas, ligadas ao significante, ou psicanalíticas, predominantes nas abordagens estruturalistas da época. Se quisermos delimitar com precisão os escritos sobre o arquivo nesse período da obra de Foucault, *A arqueologia do saber* é, sem dúvida, seu *locus* privilegiado. Nela, a noção de arqueologia, já expandida desde *As palavras e as coisas* (2007), é retomada e sistematizada. Essa obra, quando lançada, foi alvo de diversas críticas, sendo considerada por alguns como deficiente de balizamentos metodológicos, o que teria levado a interpretações que viam ali uma tentativa de análise em termos de totalidade cultural (Foucault, 2008, p. 19). Buscando distanciar-se de leituras estruturalistas, Foucault dedica-se, em *A arqueologia do saber*, à descrição rigorosa de seus problemas metodológicos, elaborando um conjunto de noções que operam tanto no plano procedimental – como formações discursivas, positividade e arquivo – quanto no plano analítico – como enunciado, campo enunciativo e práticas discursivas. Nesse contexto, a noção de arqueologia assume papel central para a compreensão do conceito de arquivo. Se, como dito anteriormente, mesmo presente como subtítulo em *As palavras e as coisas* (2007), a arqueologia ali foi mal compreendida como uma tentativa de elaboração de uma analítica da totalidade, será justamente em seu livro seguinte que Foucault propõe uma sistematização decisiva: “a arqueologia descreve os discursos como práticas específicas no elemento do arquivo” (2008, p. 149).

Em outras palavras, a arqueologia, para Foucault, seria a *descrição do arquivo* (Foucault, 2005a, p. 45), e “[...] não a descoberta de um começo ou a exposição à luz das ossadas do passado (Foucault, 2005a, p. 52). Trata-se, sobretudo, de provocar um giro na relação com o documento. Se a história tinha como tarefa primeira a interpretação do documento, determinando se diz a verdade e qual o seu valor expressivo, a ideia de arqueologia foucaultiana busca “trabalhá-lo desde o interior” (Castro, 2009, p. 40), organizando, dividindo, distribuindo, seriando, descrevendo relações. Afastando-se, por fim, da história, dirá Foucault, “em sua forma tradicional”, que se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, *monumentos mudos, inertes*, tornando-os documentos por uma operação de restabelecimento de um discurso histórico. A arqueologia foucaultiana, por seu turno e por oposição, transforma os documentos em monumentos, fazendo

emergir aquilo que dizem, e não o que deles se decifra ou interpreta. Reposiciona, assim, os documentos no campo da história, não como vestígios a serem desvelados, mas como enunciados a serem descritos. Trata-se de um trabalho de efeito de superfície, e não de escavação interpretativa. Nesse sentido, ganha relevo o gesto arquivístico: a mão do pesquisador, suas escolhas, as seriações e os ordenamentos que constrói. Em vez de buscar a totalidade, esse gesto evidencia as descontinuidades, oferecendo uma visão que rompe com linearidades e revela os cortes e rupturas que configuram os regimes de saber.

Dessa forma, é possível compreender que a arqueologia, entendida como a monumentalização do arquivo, cumpre uma função decisiva no pensamento foucaultiano, ao menos declaradamente na década de 1960, como um gesto de fuga à posição de “historiador das ideias”, na qual muitos tentaram enquadrá-lo. Foucault não se interessava pelos grandes temas da história das ideias, nem via a arqueologia como uma disciplina de caráter interpretativo, como já mencionado. Tampouco tomava os documentos como signos a serem decifrados, em termos de significante e significado.

Trata-se de uma operação que não é linear; ao contrário, o trato com o arquivo seria feito em níveis, isto é, descrições heterogêneas e assimétricas que estão em constante contato com o presente. Em outras palavras, não se trata de agrupar documentos preservados, nos quais residiria a verdade do tempo, como bastiões da história para as gerações futuras” (Sabino, 2024, p. 5). De forma sistematizada, Foucault dirá que o seu problema poderia se resumir em “como se faz que em uma dada época se possa dizer isso e que jamais tenha sido dito?” Compreender as regras do arquivo, implicaria, segundo o pensador problematizar: “quais são os diferentes tipos particulares de prática discursiva que se podem encontrar em dada época? quais são as relações que se podem estabelecer entre essas diferentes práticas? quais são as transformações de que essas práticas são suscetíveis?” (Foucault, 2014b, p. 52).

Em outras palavras, o conceito de arquivo, tal como mobilizado aqui, está profundamente vinculado a uma investigação histórica. Se, por um lado, as noções de discurso, episteme e enunciado revelam aquilo que permanece em funcionamento em uma determinada época, é o conjunto dessas formações – o arquivo, que nos permite vislumbrá-las em sua descontinuidade. Como afirma Deleuze, “eles são inseparáveis de uma lei e de um efeito de raridade” (Deleuze, 2005, p. 14). Daí a relevância da ideia de monumento: o arquivo, tomado como monumento, nos convida a olhar para as formações históricas em sua crueza. Como observa Eliasson, “ao mesmo tempo em que celebra visivelmente e, assim, comemora o que passou, também oculta e participa do esquecimento daquilo que escapa ao poder de simbolização do monumento, ou daquilo que é, voluntária ou involuntariamente, ignorado” (Eliasson, 2010, p. 9, tradução nossa).

É nesse ponto que emerge o que aqui denominamos uma poética do arquivo. Pois, enquanto monumento do passado, o arquivo nos permite ver, no presente, aquilo de que nos diferimos – e, assim, oferece pistas sobre aquilo que somos hoje. Como afirma Deleuze: “A história é o arquivo, é a configuração do que somos e deixamos de ser, enquanto o atual é o esboço daquilo em que vamos nos tornando. Sendo que a história e o arquivo são o que ainda nos separa ainda de nós próprios, e o atual é esse outro com o qual já coincidimos” (Deleuze, 1990, p. 6).

A poética do arquivo

Se a fase arqueológica trouxe a sistematização de que Foucault precisava para nomear seu procedimento de investigação, tal formulação parece não ter se mantido na década seguinte. Judith Revel (2005) observa que o uso arqueológico da noção de arquivo na obra de Foucault, especialmente entre 1966 e 1970, desaparece a partir da aula inaugural no Collège de France, realizada em dezembro de 1970. A partir daí, Foucault, em diálogo mais direto com a história e em colaboração com Arlette Farge, passa a reivindicar uma dimensão mais subjetiva para seu trabalho. A escolha dos arquivos, mais do que a construção de uma historiografia temática, começa a seguir “seu gosto, seu prazer e sua emoção”. O autor que afirmava não escrever nada além de ficções volta seu interesse, nessa fase, para aquilo que aqui denominamos uma poética do arquivo – uma abordagem que valoriza traços de existências mais do que meras produções discursivas.

Também para o historiador Marlon Solomon (2019), a década de 1970 imprime, se não um novo conceito de arquivo, um novo endereçamento a ele. A partir dali, Foucault escreveu três obras totalmente dedicadas aos arquivos: a primeira delas trata-se do memorial de Pierre Rivière (1973), um camponês parricida que degolou sua família. Em 1978, Foucault editou o volume das memórias de Herculine Barbin, conhecida como Alexina B., junto a um pequeno dossiê sobre hermafroditas no século XIX, contando com apenas duas páginas de próprio punho, nas quais descreve o estado da documentação sobre Barbin. Por fim, em 1982, publicou *Le désordre des familles* junto à Arlette Farge, único livro de Foucault ainda não traduzido para o português.

Le désordre des familles era parte de um ambicioso projeto de publicar uma antologia de existências (Foucault, 1977, p. 12), o ser humano comum, ou qualquer, como descreveria Deleuze (2005) em seu livro sobre Foucault. Não há ali qualquer interpretação ou análise interna dos documentos: não se trata de um livro de história. Trata-se de três obras que compilaram não lições morais e mais breves efeitos do assombro e da surpresa que Foucault sentiu ao confrontá-los. Pessoas desafortunadas, vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer. Segundo Solomon, o que parece transformar esses documentos em arquivo é uma espécie de luz que é jogada sobre ele, daí a importância de não os interpretar. É por essa razão que *A vida dos homens infames* não pretende interpretar esse acervo, mas fazer uma genealogia dos mecanismos de registro daquilo que é tornado, pelo historiador, um documento. “O que está em jogo na arquivologia foucaultiana não é uma fenomenologia dos rastros, mas uma análise do que os torna possíveis, isto é, uma análise dos tipos de estratégias de poder que tornam possível o arquivo como saber” (Solomon, 2019, p. 240).

Embora seja possível perceber um novo modo de lidar com o arquivo, menos preocupado com uma sistematização *ipsis litteris*, Foucault mantém o arquivo como monumento, fazendo-o funcionar ipso facto não apenas nas três obras supracitadas, mas também em suas análises da sociedade disciplinar, para citar um exemplo célebre.

Em qualquer um dos casos, Foucault contrapõe a ideia de uma exatidão do arquivo a uma “análise minuciosa dos arquivos” (Foucault, 2012b, p. 242). De fato, o deslocamento de uma perspectiva mais sistemática deu lugar a um gesto que consiste justamente na

publicação da escrita original, opondo-se a um excesso de poder conferido à função-autor – um resquício que talvez ainda persistisse em seu recorte dos discursos na década de 1960. Aqui, o interesse está em deixar que o próprio arquivo fale. Como destaca Artières (2015, p. 5), “o essencial é mostrar um dispositivo historicamente inscrito e os efeitos que ele produz nos sujeitos que dele se servem. Ou seja, o arquivo não é a ilustração de sua tese sobre o poder, mas o lugar onde se ancoram relações de poder.”

Nesse sentido, a colaboração com Arlette Farge é de suma importância para essa nova dimensão poética que o arquivo toma na obra foucaultiana. Ao permitir que o material fale por si, Foucault coloca o arquivo como porta-voz de vidas singulares, existências obscuras; que “não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas” (Foucault, 1977, p. 206), de maneira em que seja possível ver o cruzamento do poder e das práticas discursivas que incidem sobre as existências e configuram caminhos de vida.

Para o pesquisador Knut Ove Eliassen (2010), a noção de arquivo, assim como inúmeros dos conceitos cunhados e utilizados por Foucault, não deve ser entendida como um monolito conceitual, mas como uma ferramenta por meio da qual o pensador francês pode inquirir o presente à luz do passado. A ideia de episteme, por exemplo, que foi posteriormente substituída pela noção de dispositivo e, por fim, pela prática é uma demonstração de que os conceitos sofrem mutações no decurso de sua obra e, no caso desta última, o termo desaparece em sua obra final.

Nessa direção, é possível destacar três concepções distintas de arquivo ao longo da obra foucaultiana. A primeira está ligada a um sistema de regras específicas de determinado tempo, conforme descrito em *A arqueologia do saber*. A segunda vincula-se a uma estratégia das instituições arquivísticas reais e históricas para registrar e armazenar documentos – como dados sobre populações e nações –, de modo que “o arquivo é tanto uma coleção de documentos quanto um instrumento de poder, disciplina e conhecimento” (Eliassen, 2010, p. 4, tradução nossa). Essa concepção, que Eliassen identifica em Foucault, aparece em inúmeros livros e cursos; a título de exemplo, *História da loucura na Idade Clássica* vale-se de documentos oficiais para sua análise. Por fim, há a ideia do arquivo como um espaço geográfico, no qual o pensador francês passava seus dias quase como em um refúgio. Segundo Eliassen, o arquivo funciona aí como um espaço de experimentação – em uma palavra, uma heterotopia capaz de suspender os esquemas estabelecidos que ordenam o espaço-tempo.

Para o comentador, o arquivo funcionaria como arena de pesquisa e experimentação para Foucault, configurando-se como uma forma de heterotopia. Trata-se de uma “poética do arquivo” que emerge da vontade de que o arquivo fale por si mesmo, abrindo espaço para encontros singulares, como os de vidas infames – a de Herculine Barbin, Pierre Rivière, entre outros – que ganham voz e lugar por meio dessa abordagem.

Enquanto espaço físico real, o arquivo representaria a redescoberta da invenção da conservação documental produzida no século XIX, em seu estado bruto, permitindo um gesto poético diante dele (Foucault, 2013a, p. 187). Assim como Foucault se refere a Manet e a Flaubert como dois artistas cuja “[...] arte se ergue onde se forma o arquivo” (Foucault, 2013b, p. 82) – ou seja, ambos arquivistas –, essa aproximação entre artistas e arquivo não é casual. Para o autor de *As palavras e as coisas*, “Flaubert é para a biblioteca

o que Manet é para o museu. Eles escrevem, eles pintam, numa relação fundamental com o que foi pintado, com o que foi escrito – ou melhor, com aquilo que da pintura e da escrita permanece perpetuamente aberto” (Foucault, 2013b, p. 422), da mesma forma que Foucault procedia diante do arquivo. Por isso, para Deleuze, Foucault recebeu a alcunha de “novo arquivista”, aquele que remodelou a relação com o arquivo, a escrita e a história.

Voltando à concepção de arquivo como heterotopia tal como a defende Eliasson, é possível notar que, especialmente no texto dedicado a esse conceito que o filósofo francês, de fato, parece aproximar heterotopia de arquivo,

[...] as heterotopias do tempo que se acumula infinitamente, por exemplo, os museus, as bibliotecas; museus e bibliotecas são heterotopias nas quais o tempo não cessa de se acumular e de se encarapitar no cume de si mesmo, enquanto no século XVII, até o fim do século XVIII ainda, os museus e as bibliotecas eram a expressão de uma escolha individual. Em compensação, a ideia de tudo acumular, a ideia de constituir uma espécie de arquivo geral, a vontade de encerrar em um lugar todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a ideia de constituir um lugar de todos os tempos que esteja ele próprio fora do tempo, e inacessível à sua agressão, o projeto de organizar assim uma espécie de acumulação perpétua e infinita do tempo em um lugar que não mudaria, pois bem, ia dos homens (por recitação ritual, a pedagogia e o ensino, a distração ou a festa, a publicidade)? Quais são anotados para poderem ser reutilizados, e para que fins? Quais são colocados em circulação e em que grupos? Quais os que são reprimidos e censurados? Tudo isso pertence à nossa modernidade. O museu e a biblioteca são heterotopias próprias à cultura ocidental do século XIX (Foucault, 1984, p. 422).

Claro que a noção de arquivo, em sentido geral não se refere ao manejo do material arquivístico aqui abordado, mas aponta, antes, para uma noção material de arquivo. Atualmente, embora estejamos cada vez mais conectados ao arquivo em sua forma digital, acessível com um clique, o mesmo não se pode dizer do espaço físico a ele dedicado, marcado por uma vontade de conservar tudo ao longo do tempo – muitas vezes sem um lugar único para tal guarda. Foucault denominou esse espaço físico uma heterotopia.

Enquanto espaço responsável pela guarda dos documentos, o arquivo é fruto de uma aleatoriedade imposta: por um lado, ele abriga aquilo que pode ser conservado conforme as regras do seu próprio tempo; por outro, sua organização não é interpretativa, ou seja, não depende de uma leitura integral, mas sobretudo de uma classificação.

Aqui também se revela uma dimensão poética do arquivo, à qual Foucault alude em *As palavras e as coisas*, a partir de uma certa enciclopédia chinesa, trecho de um conto de Borges. A classificação é um gesto aleatório e impossível, marcado por toda a arbitrariedade do pensamento. Não por acaso, em *Le désordre des familles*, Foucault e Arlette Farge enfatizam o caráter descritivo – e não interpretativo – do trabalho com as *lettres de cachet*, que eram pedidos ao rei para intervir em questões privadas, como conflitos familiares, traições, despejos, filhos desobedientes, entre outros.

A poética do arquivo fica evidenciada nas três obras supracitadas de Foucault, ali tratou-se de deixar os mortos falarem, uma vez que “o povo constitui seus próprios arquivos” (2013d, p. 347). O arquivo é esse modo generoso de tratar vidas poéticas,

reinscrevê-las no presente a partir daquilo que já fomos, que deixamos de ser, para que possamos ser diferentes disso. “Trata-se de uma interlocução lapidada com as vozes dos mortos, com vistas a entabular um fazer histórico-filosófico de outra fibra. Depara-se, desta feita, com um gesto destinado não a elucidar as verdades do presente por meio do desvelamento de fatos ocorridos outrora” (Aquino *et al.*, 2023, p. 17).

Bisbilhotagem como metodologia arquivística

As seções anteriores buscaram evidenciar como o conceito de arquivo, ora operando como monumento ao reinscrever a voz do passado, ora instaurando a possibilidade de que, diante dele, possamos recriar, editar e entrever a beleza da vida. Doravante, buscamos suas reverberações na pesquisa educacional. Sustentamos que a compreensão dos deslocamentos da noção de arquivo na obra de Michel Foucault, bem como o modo de manejar o material arquivístico tal como o autor o propõe, podem ser assumidos como procedimento de pesquisa.

Tal procedimento, por sua vez, emerge da maquinação de um arquivo a ser forjado, cujas lentes do pesquisador e suas mãos se inscrevem por meio da edição e da curadoria, compondo, em última instância, uma poética do arquivo. Esse procedimento poderia configurar-se metodologicamente como uma bisbilhotagem, da qual trataremos nesta seção.

O fato é que, segundo as revisões bibliográficas realizadas por Aquino (2013, 2018), a pesquisa foucaultiana na educação operaria como uma fagocitose instrumental do autor, transpondo literalmente conceitos que jamais foram pensados para o âmbito educacional, reforçando a função-autor da qual Foucault tentou se desembaraçar, como anteriormente demonstrado. Para Gatti (2006, p. 33), nome fundamental na discussão sobre as pesquisas no campo educacional, “do ponto de vista das teorizações, o diálogo do pesquisador com autores das bibliografias precisa pautar-se mais pela dúvida e discussão, pela postura crítica e ampliadora, e não apenas pela reprodução e aceitação”.

Tal empreitada seria, quiçá, um antídoto para um mal que há tempos vem sendo diagnosticado na pesquisa educacional: a pobreza teórica e a inconsistência metodológica (Mello, 1983). Ou ainda para uma espécie de reino da opinião, como denuncia Gatti, para quem seria “preciso sair do nível do recolhimento de informações superficiais ou de um senso comum, sair da opino latria” (Gatti, 2006, p. 25). Talvez em razão de sua transversalidade e interdisciplinaridade, não é raro que se tomem de empréstimo modelos advindos de outras áreas, como a psicologia, a sociologia e a economia, sem, contudo, atentar para as especificidades do campo educacional.

Capturar Foucault nos gestos e procedimentos para esquecê-lo como autor seria uma atitude na contramão das investidas denunciadas acima e nos faz lembrar de uma entrevista concedida por ocasião do lançamento de *Vigiar e punir*, em 1975, na qual o pensador francês, ao ser questionado sobre a existência de um suposto “método Foucault”. Tendo em vista que tanto esse livro quanto suas pesquisas anteriores se fundamentavam na análise minuciosa de milhares de páginas de arquivos. Foucault, contrário à ideia de fundar uma escola ou método próprio – posição reiterada em diversos textos e entrevistas

– respondeu, como de costume, que o que fazia era partilhar “pistas de pesquisa, ideias, esquemas, pontilhados, instrumentos”, deixando ao leitor a liberdade de fazer com eles o que bem entendesse (Foucault, 2006, p. 4).

Ao replicar o entrevistador, Foucault ainda tece uma crítica ao prestígio que as abordagens de tipo freudiano mantinham na época, segundo as quais a análise de textos históricos deveria buscar o “não dito” do discurso, o “recalcado”, o “inconsciente” dos sistemas. Contra essa tendência interpretativa e hermenêutica, ele propõe outro gesto: “É bom abandonar essa atitude e ser a um só tempo mais modesto e mais bisbilhoteiro” (Foucault, 1975, p. 36). Nesse comentário, mais uma vez, evidencia-se a recusa de Foucault em atribuir um sentido oculto aos documentos e discursos, preferindo, ao contrário, descrever suas condições de possibilidade, seus funcionamentos e seus efeitos, reafirmando uma postura investigativa mais atenta aos jogos de visibilidade e enunciação do que à busca de essências ocultas.

A bisbilhotagem a que Foucault se refere, no trato com o arquivo, diz respeito à disposição de deixar os mortos falarem – pois está tudo ali, no arquivo. Como ele afirma, “quando olhamos os documentos, ficamos surpresos de ver com que cinismo a burguesia do século XIX dizia exatamente o que fazia, o que iria fazer e por quê. [...] Reencontrar esse discurso explícito implica, é evidente, sair do material universitário e escolar dos ‘grandes textos’” (Foucault, 1975, p. 36). Trata-se, portanto, de um gesto de deslocamento: abandonar os cânones, os discursos consagrados, para escavar as margens, os vestígios, as falas desprezadas – não para interpretá-las à luz de um sistema, mas para ouvir nelas seus modos de funcionamento.

Talvez, então, se nos propusermos a bisbilhotar o arquivo com a curiosidade de Michel Foucault, possamos nos deixar pasmar diante do encontro, em vez de erigir monumentos em torno dos grandes textos. O convite seria, assim, deixar emergir aquilo que foi escondido, excluído, esconjurado – enfim, reconhecer no arquivo o seu pasmo e sua beleza, uma poética. Nesse sentido, se há um método foucaultiano de leitura de arquivo, ele não reside em uma formalização ou em uma exegese (Foucault, 1968, DE 6, p. 9), mas, antes, em um só gesto: a monumentalização e a criação de uma poética do arquivo – entendidas aqui como formas de problematização. O que está em jogo não é a tentativa de constituir um volume enciclopédico de tudo o que pôde ser dito e conservado, mas sim a compreensão do conjunto de regras que, em uma determinada época e sociedade, definem o que pode ser dito, o que deve ser esquecido, o que permanece e o que desaparece.

Tal gesto parece encontrar sua formulação mais explícita em dos textos em que o autor delinea com maior nitidez seu gesto arquivístico – e que talvez mereça, neste ponto, ser retomado com atenção:

[...] os limites e as formas da dizibilidade: de que é possível falar? O que foi constituído como domínio de discurso? Que tipo de discursividade foi destinado a tal ou tal domínio (de que fizemos o relato; de que quisemos fazer uma ciência descritiva; com o que conciliamos uma formulação literária etc.)? (Foucault, 2016, p. 9-11).

Em outras palavras, trata-se de indagar como é possível dizer o que dizemos – e o que, ao contrário, permanece esconjurado nos discursos. Além disso, cabe perguntar como esses discursos são conservados, que ganham prestígio e legitimidade, quais passam sem deixar vestígios, o que é retido na memória e o que dela é apagado. Foucault, nesse sentido, nos oferece um conjunto de perguntas cruciais ao se pensar o arquivo, especialmente para quem, ao eleger um objeto de pesquisa, não deseja tomar os saberes como naturais ou universais, mas problematizá-los.

Apontamentos finais

Ao longo deste texto, buscamos mobilizar as concepções de arquivo presentes na obra foucaultiana e, na esteira da caixa de ferramentas proposta pelo autor, ensaiar a criação de uma operação que tome o arquivo, como monumento e como poética, manejado por uma metodologia bisbilhoteira, por assim dizer. Tratou-se menos de instituir um modelo acabado do que de experimentar uma forma de operar a partir daquilo que já temos feito. Talvez, com isso, seja possível esboçar certo refreamento das tratativas que buscam responder de modo imediato às demandas do presente, considerando que a opacidade de nosso próprio tempo tende a ofuscar o trabalho do pensamento, justamente porque não se pode forjar uma distância crítica plena entre nós e o nosso tempo.

Em última instância, trata-se de pensar como lidamos com a massa discursiva que envolve nossos problemas de pesquisa, o que valorizamos, o que desprezamos, o que tomamos como digno de atenção e o que descartamos ao eleger nossos objetos. Está em jogo, aqui, a reativação dos discursos, a forma como nos endereçamos a eles, as transformações que sofrem em nossa leitura e os regimes de verdade que os sustentam. Foucault nos convida a problematizar nossas escolhas ao perguntar: “[...] comentário, exegese, análise, qual sistema de apreciação lhes aplicamos? Qual o papel que lhes damos para desempenhar?” (Foucault, 2016, p. 11). Diante da massa discursiva proliferante no campo educacional, que pode assumir a forma de um texto canônico, de um documento histórico, de uma obra de arte ou mesmo de um comentário, torna-se necessário problematizar de que maneira esses discursos foram e continuam sendo apropriados.

Investigar, não apenas em educação, antes de tudo, é perguntar. No entanto, o que se observa com frequência é a formulação de questões que apenas reafirmam respostas já dadas, perguntas que não investigam, mas confirmam, que não problematizam, mas atestam o já sabido. Foucault, ao contrário, afirmava: “Não interrogo os discursos sobre o que, silenciosamente, querem dizer, mas sobre o fato e as condições de sua aparição manifesta; não sobre os conteúdos que podem encobrir, mas sobre as transformações que efetuaram” (Foucault, 2016, p. 11). Em poucas palavras, trata-se de tomar o discurso como monumento, e não como comentário, de não buscar o recôndito que esconderia um suposto “sentido verdadeiro”, mas as condições de existência desses discursos, compreendidos como práticas e não como expressões da interioridade de um sujeito. Trata-se, também, de retomar o arquivo como forma de repovoamento discursivo, trazendo à tona outras narrativas, outras vidas, outras histórias, eis aí o seu sentido poético.

Esses questionamentos são vitais para a compreensão do arquivo tanto como monumento quanto como poética, pois implicam premissas metodológicas precisas para o trabalho investigativo em geral e, em particular, no campo educacional, ao ofertarem um “horizonte ético-político e epistêmico bastante preciso: dar a ver as coisas em sua copiosidade em vez de falar sumariamente em nome delas; no segundo caso, atenuando ou extinguindo seu fulgor acontecimental” (Aquino, 2023, p. 9).

No limite, o trabalho com o arquivo se forja a partir de uma curiosidade que nasce de alguma forma de afetação. Trata-se de uma operação de bisbilhotagem que parte de perguntas, e não de respostas, que não pretende ser totalizante nem instituir verdades. É, por vezes, melancólica e sempre incompleta, mas traz consigo o sabor e o pasmo de um encontro, aquele que torna as existências poéticas e que pode produzir uma brecha, uma suspensão naquilo que tomamos como certo sobre nós mesmos, revelando que podemos diferir, ser de outros modos. Não seria esse, afinal, um dos intentos do campo educacional?

Daí a bisbilhotagem como operação arquivística, já que implica o estranhamento daquilo que é tido como comum, dado ou natural. Em segundo lugar, poderíamos afirmar, em diálogo com *A vida dos homens infames*, que talvez a regra mais decisiva de uma investigação seja aquela fundada em algum tipo de afetação. Trata-se de um lembrete a quem opera com o pensamento pós-metafísico no campo da educação de que, mais do que recobrir e repor verdades essencializadas, calcadas em uma noção universal e eurocêntrica de sujeito e de desenvolvimento, concepção que se articula à ideia de educação como melhoramento, importa perguntar qual vontade de verdade queremos sustentar em nossas pesquisas. Que tipo de salvação nos propomos? Em nome de quais palavras de ordem do presente advogamos?

Em contraposição, talvez o gesto mais singelo e potente de uma pesquisa arquivística esteja justamente no gosto, no prazer, na emoção, no riso e na surpresa ou, como afirma Foucault, em “um certo assombro ou qualquer outro sentimento” (Foucault, 2003b, p. 203), capaz de dar sentido à escritura. Uma escritura que opere como forma de transformar o que sabemos, liberando-nos de certas verdades insuspeitas. Não é, portanto, a verdade que dá sentido à educação, mas “a possibilidade de que esse ato de educação, essa experiência em gestos, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos, para ser outra coisa para além do que vimos sendo” (Larrosa; Kohan, 2021, p. 6).

É sob essa perspectiva que o arquivo, como procedimento de pesquisa educacional, mostra-se fulcral, pois nos permite o pasmo diante daquilo que já foi pensado, confrontando-nos com o nosso próprio presente. Se o que foi feito de nós pode ser revisto e repatriado pelo arquivo, isso nos interessa na medida em que nos liberta para sermos diferentes de nós mesmos e, quem sabe, para pensarmos de outros modos a nossa relação com a educação. Na poeira dos arquivos, encontramos vidas, as nossas, o tempo e a suspensão, tão distantes do presente acelerado e imediatista. Nesse encontro entre pesquisador(a) e arquivo, está em jogo a capacidade de “[...] estar atento/a à poeira, à nuvem e ao murmúrio que, entre ambas, insiste” (Aquino *et al.*, 2023, p. 19). Trata-se de uma experiência rara e cada vez mais preciosa, especialmente em tempos marcados pela velocidade e pelo esquecimento.

Referências

AQUINO, Julio Groppa. A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 301-324, ago. 2013.

AQUINO, Julio Groppa. Foucault e a pesquisa educacional brasileira, depois de duas décadas e meia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 45-71, jan./mar. 2018.

AQUINO, Julio Groppa. O labor do arquivo como plataforma para a pesquisa qualitativa em educação. **Qualitative Research in Education**, Barcelona, v. 17, 2023.

AQUINO, Julio Groppa; VAL, Gisele Maria do. Uma ideia de arquivo: contributos para a pesquisa educacional. **Pedagogía y Saberes**, Bogotá, núm. 49, p. 41-53, 2018.

AQUINO, Julio Groppa; VAL, Gisele Maria do; VIEIRA, Elisa. Pesquisar arquivos, habitar o arquivo: o caso da obra *A desordem das famílias*. **Pro-Posições**, Campinas, v. 34, 2023.

ARTIÈRES, Philippe. A exatidão do arquivo. *In*: ARTIÈRES, Philippe; BERT, Jean-François; GROS, Frédéric; REVEL, Judith (org.). **Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 1-7.

BORGES, Clayton C. de Oliveira; NEIRA, Marcos Garcia. Gesto arquivístico e atitude crítica como leitmotiv analítico nas pesquisas educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, 2020.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DREYFUS, Hupert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ELIASSEN, Knut. O. The archives of Michel Foucault. *In*: ROSSAK, Eivind (ed.). **The archive in motion**: new conceptions of the archive in contemporary thought. Oslo: Novus Press, 2010. p. 29-52.

FARGE, Arlette; FOUCAULT, Michel. **Le désordre des familles**: lettres de cachet des archives de la Bastille au XVIII siècle. Paris: Gallimard, 1982.

FISCHER, Rosa M. B. Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. *In*: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (org.). **Caminhos investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 117-140.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. A idade de ouro da Lettre de Cachet, 1982. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: segurança, penalidade e prisão. v. 8. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b. p. 242-244.

FOUCAULT, Michel. A propósito daqueles que fazem a história. *In*: FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 365-368. (Ditos e escritos; v. 6).

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames, 1977. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: estratégia, poder-saber. v. 4. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b. p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. Antirretro, 1974. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. v. 3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013d. p. 334-349.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder, 1978. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: estratégia, poder-saber. v. 4. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a. p. 253-266.

FOUCAULT, Michel. Dos suplícios às celas, 1975. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: segurança, penalidade e prisão. v. 8. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a. p. 32-36.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978a.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault explica seu último livro, 1969. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. v. 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005c. p. 145-152.

FOUCAULT, Michel. O Mallarmé de J.-P. Richard, 1964. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. v. 3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a. p. 185-195.

FOUCAULT, Michel. O nascimento de um mundo, 1969. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: filosofia, diagnóstico do presente e verdade. v. 10. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. p. 51-54.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços, 1984. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. v. 3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013c. p. 415-424.

FOUCAULT, Michel. Posfácio a Flaubert (A tentação de Santo Antônio), 1964. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. v. 3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b. p. 76-110.

FOUCAULT, Michel. Prefácio (Folie et déraison), 1961. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. v. I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. p. 152-161.

FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. resposta ao círculo de epistemologia, 1968. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. v. 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b. p. 82-118.

FOUCAULT, Michel. Sobre as Maneiras de Escrever a História, 1967. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. v. 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a. p. 62-77.

FOUCAULT, Michel. 1968: resposta a uma questão. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: repensar a política. v. 6. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. p. 1-24.

GALLO, Silvio. Foucault, filósofo: elementos para pensar a educação. **Revista Ideação**, Feira de Santana, n. 51, jan./jun. 2025.

GATTI, Bernardete. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 25-35, 2006.

LARROSA, Jorge; KOHAN, Walter. Apresentação. *In*: LARROSA, Jorge (org.). **Elogio da escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 5-6.

MELLO, Guiomar. Pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, p. 67-72, 1983.

MUNHOZ, Angélica V.; RIBEIRO, Inauã Weirich. A pesquisa arquivística e o gesto problematizador em Foucault. **Acta Scientiarum: Education**, Maringá, v. 45, n. 1, e66370, 10 ago. 2023.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

SABINO, Kelly C. A falsa missão francesa e o ensino da arte: apontamentos para uma história outra. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e90506, 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.90506>

SOLOMON, Marlon. “Isso não é um livro de história”: Michel Foucault e a publicação de documentos de arquivos. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 229-252, jan./abr. 2019.

Recebido em: 11.06.2025

Revisado em: 15.12.2025

Aprovado em: 10.02.2026

Editora: Profa. Dra. Ana Luísa Paz

Kelly Sabino é doutora e mestre em educação pela Universidade de São Paulo. Licenciada em artes plásticas pela mesma universidade. É chefe e docente do Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte da Faculdade de Educação da Unicamp.